



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES ITAPECURU-MIRIM
CURSO DE LETRAS

**GISELMA PAIXÃO CARDOSO
LUCÉLIA DE JESUS DOS ANJOS
MARIA FRANCISCA MUNIZ ALVES**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NUMA PERSPECTIVA PARA A
CONSTRUÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM: uma análise na primeira
etapa do ensino médio na Unidade Prisional de Ressocialização em Itapecuru-Mirim/MA**

Itapecuru-Mirim
2017

**GISELMA PAIXÃO CARDOSO
LUCÉLIA DE JESUS DOS ANJOS
MARIA FRANCISCA MUNIZ ALVES**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NUMA PERSPECTIVA PARA A
CONSTRUÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM: uma análise na primeira
etapa do ensino médio na Unidade Prisional de Ressocialização em Itapecuru-Mirim/MA**

Proposta apresentado ao curso de Letras –
Licenciatura em Língua Portuguesa e Literatura da
Universidade Estadual do Maranhão, como pré-
requisito para o do trabalho de conclusão do curso.

Orientadora: Professora Espec. Ivanete Coimbra
Cavalcante Sousa.

Itapecuru-Mirim
2017

**GISELMA PAIXÃO CARDOSO
LUCÉLIA DE JESUS DOS ANJOS
MARIA FRANCISCA MUNIZ ALVES**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NUMA PERSPECTIVA PARA A
CONSTRUÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM: uma análise na primeira
etapa do ensino médio na Unidade Prisional de Ressocialização em Itapecuru-mirim/MA**

Proposta de projeto apresentado ao curso de Letras –
Licenciatura em Língua Portuguesa e Literatura de
Língua Portuguesa Universidade Estadual do
Maranhão – Campus de Itapecuru-Mirim, à obtenção
do Grau de Licenciada em Letras.

Aprovado em: ___/___/2017

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Esp. Ivanete Coimbra Cavalcante Sousa
Orientadora

Prof^ª. Esp. Maria da Conceição Aparecida Nogueira da Cruz Muniz
1º Examinador

Prof^º. Esp. Maurílio Barros Cardoso
2º Examinador

AGRADECIMENTOS

A Deus, que nos deu forças para superar obstáculos e a conquistar mais esse objetivo. A todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para que alcançássemos esta vitória. A orientadora Professora Ivanete Coimbra Cavalcante Sousa pelo suporte teórico e metodológico ao longo da construção deste trabalho de conclusão de curso.

Às nossas famílias pela compreensão e apoio. E à equipe administrativa e pedagógica da Unidade Prisional de Ressocialização de Itapecuru-Mirim, pelo acolhimento e participação dos detentos para a nossa proposta.

A Deus, fonte espiritual de vida. Aos nossos pais, pelo incentivo. Aos amigos e colegas pelo apoio constante.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

(Paulo Freire)

RESUMO

Esta proposta enfoca os resultados obtidos de uma investigação sobre a modalidade de ensino: Educação de Jovens e Adultos na Unidade Prisional de Ressocialização situada na cidade de Itapecuru-Mirim. E a grande relevância do ensino aprendizagem para o processo de ressocialização de modo geral. A educação nas Unidades Prisionais de Ressocialização está restritamente vinculada à modalidade de ensino EJA, percebeu-se que a maioria do público carcerário não dispusera de oportunidade de cursar uma educação regular, que se encontram a margem da sociedade, aos contratempos, muitas vezes são pessoas consideradas invisíveis para a comunidade e que tiveram seus direitos violados. Portanto, a Educação de Jovens e Adultos é uma categoria da Educação Básica firmada pela LDB, que possui o objetivo de garantir o direito a educação, direito que deve ser guardado a todos os cidadãos brasileiros. Até mesmo os apenados. Objetiva-se analisar a ação educativa que é desenvolvida no Sistema Prisional que propõe o aperfeiçoamento dos Jovens e Adultos, pesquisando as conjunturas de ensino aprendizagem adotadas na UPR e buscando fazer uma análise das dificuldades e desempenho dos reclusos do desenvolvimento de atividades educativas para um melhor processo de ensino e ressocialização.

Palavras Chave: Ressocialização. Ensino. Aprendizagem. EJA.

ABSTRACT

This proposal focuses on the results obtained from an investigation on the teaching modality: Youth and Adult Education in the Prison Socialization Unit located in the city of Itapecuru-Mirim. And the great relevance of teaching learning to the process of resocialization in general. Education in the Prison Units of Resocialization is strictly linked to the EJA teaching modality, it was noticed that the majority of the prison population did not have the opportunity to attend a regular education, that they are at the margin of the society, to the setbacks, often they are people considered invisible to the community and whose rights have been violated. Therefore, Education for Young People and Adults is a category of Basic Education signed by LDB, which has the objective of guaranteeing the right to education, a right that must be kept to all Brazilian citizens. Even the sorry ones. We aim to analyze the educational action that is developed in the Prison System that proposes the improvement of the Youth and Adults, researching the conjunctures of teaching learning adopted in UPR and seeking to analyze the difficulties and performance of inmates in the development of educational activities for a better teaching and resocialization.

Keywords: Ressocialização. Teaching. Learning. EJA.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGED	Agência de Estadual de Defesa Agropecuária
AGERP	Agência de Estadual de Defesa Agropecuária e de Extensão Rural
APAC	Associação de Proteção e Assistência aos condenados
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
SEAP	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SSP	Secretaria de Segurança Pública
UPR	Unidade Prisional de Ressocialização

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 Educação de jovens e adultos: modalidade de ensino.....	12
2.2 A EJA na unidade prisional de ressocialização.....	12
2.3 A importância da educação nos sistemas prisionais.....	16
3 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE.....	19
3.1 Histórico e localização da UPR de Itapecuru-Mirim.....	19
3.2 Ações desenvolvidas na UPR de Itapecuru-Mirim	19
4 METODOLOGIA.....	22
4.1 Local de estudo.....	22
4.2 Instrumento utilizado.....	22
4.3 Sujeitos envolvidos.....	22
4.4 Análise dos dados.....	22
5 RESULTADOS ALCANÇADOS.....	23
5.1 Questionário aplicado ao aluno.....	23
5.1.1 Gráfico 01.....	23
5.1.2 Gráfico 02.....	24
5.1.3 Gráfico 03.....	25
5.1.4 Gráfico 04.....	26
5.1.5 Gráfico 05.....	27
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIA.....	30
APÊNDICE	
ANEXO	

1 INTRODUÇÃO

A atual proposta retrata a Educação de Jovens e Adultos numa perspectiva para a construção do processo ensino aprendizagem. Esta proposta justifica-se devido à necessidade de analisar o processo de ensino aprendizagem que possibilite ao educando recluso no sistema prisional de Itapecuru-Mirim compreender a importância do conhecimento para a formação do cidadão. Com esta pesquisa pode-se ter uma visão das possíveis políticas educacionais a serem trabalhadas com os jovens e adultos reclusos. Espera-se poder contribuir com o debate público sobre a proposta de Diretrizes Nacionais de Educação no Sistema Prisional de Itapecuru-Mirim, e dos projetos de Lei da Remissão a Pena por estudo, e assim garantir a melhoria nas condições de vida deste público marginalizado que vivem a margem da sociedade.

A oferta da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional (EJA Prisional), está fundamentada na Resolução nº 3, de 6 de março de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais, avocando para si a competência de normatização de tudo quanto se refere estritamente aos aspectos educacionais no processo de oferta de educação aos privados de liberdade nos estabelecimentos penais. Em Itapecuru-Mirim, foi implantada a primeira turma de primeira etapa no ano de 2016, como uma política pública do governo do estado do maranhão visando melhorar as condições de vida dos encarcerados que vivem em situação de exclusão.

Em outubro de 2016 a turma do curso de letras licenciatura em língua portuguesa participou de uma ação social com o objetivo de visitar a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) do município de Itapecuru- Mirim, com a doação de um quilo de alimento não perecível e uma obra literária, na oportunidade presenciamos vários depoimentos sobre como era viver na condição de encarcerado, com várias privações e viver em regime semiaberto, onde o apenado tinha o direito de ir e vir desde que seguissem algumas regras. Esta atividade despertou o nosso interesse em pesquisar sobre o ensino aprendizagem e as políticas públicas que estavam sendo desenvolvidas para ajudar os jovens e adultos que estão dentro de Unidades Prisionais, constatamos que havia uma sala de aula ofertada pela Secretaria de Estado da Educação na modalidade Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio, cujo público alvo seria os jovens que já haviam concluído o ensino fundamental II, atendendo criteriosamente aqueles que se destacam por bom comportamento.

O documento está estruturado da seguinte forma: os primeiros itens discorrem sobre o tema, a problemática a ser abordada e a justificativa. Em seguida divide-se em itens onde cada um trata de uma situação em específico a justificativa vem discorrer sobre a relevância da proposta para a atuação dos acadêmicos. No primeiro item -Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional, faz-se uma revisão nas bases legais que regulamentam a modalidade de Ensino EJA prisional, visando minimizar a situação de exclusão que estes jovens e adultos vivenciam no seu cotidiano principalmente quando em liberdade, trazendo para a realidade da UPR de Itapecuru-Mirim.

O segundo item - EJA na Unidade Prisional de Ressocialização, aborda os avanços que esta modalidade de ensino (EJA Prisional), tem perpassado ao longo de um ano e meio após a criação da turma dentro da UPR de Itapecuru-Mirim, baseados na Lei de Diretrizes e Bases, o Plano Nacional de Educação e a Lei de Execução Penal Brasileira que regulamentam a possibilidade da oferta de ensino nestas instituições, destacando que precisam transcorrer de forma atrativa, objetivando para além da aprendizagem significativa a reinserção deste seres humanos na sociedade.

O terceiro item – A Importância da Educação nos Sistemas Prisionais vem abordando a relevância da educação como dever dos órgãos públicos (Federal, Estadual e Municipal) e configura-se como um direito do cidadão, mesmo este estando na situação incomum, ou seja, privado de liberdade, perpassando pelas Leis de Remissão da Pena pelos Estudos, pelo bom comportamento e garantir o ingresso dos internos no mercado de trabalho.

A proposta apresenta ainda os objetivos propostos como a ação educativa desenvolvida no Sistema Prisional que visa o aprimoramento dos jovens e adultos que estão inseridos neste ambiente e a investigação das situações adotadas na UPR para amenizar a situação dos reclusos, e que precisa ser alcançada, a metodologia adotada na pesquisa que gera a coleta dos dados que auxiliarão na elaboração do documento, a caracterização do ambiente pesquisado, os instrumentos utilizados, que corroboram para fornecer elementos para realização de uma análise de dados e ainda um cronograma específico, com as datas das atividades desenvolvidas no percurso da elaboração desta proposta.

Esta análise será de grande relevância para o nosso engrandecimento acadêmico, por se tratar de uma temática pouco abordada na academia além de reconhecimento, já que se trata de uma política educacional inovadora que tem tido grande repercussão no nosso município. Entendemos que proporcionar a estes jovens e adultos privados de liberdade, por ter praticado atos que mancham a sua imagem e os excluem do convívio familiar e social é um grande desafio, que precisa ser encarado como um viés para a nossa pratica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação de jovens e adultos: modalidade de ensino

O debate a respeito da Educação de Jovens e Adultos vem concordando com os traços e formas cada vez mais presente nos dias atuais, esses fenômenos acontecem por vários elementos, entre os quais: reconhecimento de atribuição, admissão, permanência, celeridade do ensino. Esses são os pontos norteadores dessa categoria de ensino, que engloba uma porção da população que não usufrui de situações que lhes garanta o direito a uma educação regular e de qualidade, com habilidade de conceber cidadãos críticos e acessíveis.

Na circunstância de redemocratização do país, com diferentes reformas internas foi decretada a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). A Carta Magna garante o direito global à educação, com Ensino Fundamental comunitário e gratuito, independente de idade.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. [...] § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996, p. 453).

Dessa forma, a educação de jovens e adultos, EJA, é uma categoria do ensino fundamental e do ensino médio, que proporciona a chance para muitas pessoas que não dispuseram da entrada ao conhecimento científico em idade devida ofertando oportunidade para jovens e adultos promover e /ou dar seguimento aos seus ensinamentos, assim sendo uma modalidade de ensino que tende certificar o direito aqueles que foram excluídos das instituições escolares ou que não dispuseram de acessá-los.

Ao ser determinada na LDB a EJA obteve potência e tornou-se uma política de Estado de maneira que o governo atual brasileiro investe e instiga essa modalidade pedagógica como perspectiva de se elevar a relação de ensino da população, especialmente, daqueles que já mencionados tiveram acesso ou a expectativa de estudos. Com isso observamos que além de ser uma doutrina educacional, a EJA é essencialmente uma política sociável. Ela concederá situações para que os discentes melhorem suas condições de trabalho, melhorem a sua vivência e com isso sejam considerados na comunidade.

2.2 A EJA na unidade prisional de ressocialização

A educação em sistemas penitenciários começou na década de 1950. Até o surgimento do século XIX o presídio era utilizado apenas como local de detenção de pessoas, sem

nenhuma outra função social e/ou cultural. Pensava-se que apenas a privação da liberdade proporcionaria a transformação dos indivíduos enclausurados. A ideia era que estes refizessem suas existências dentro da prisão para depois ser inserido novamente no âmbito da sociedade, fato que não ocasionava nenhuma mudança no comportamento destes indivíduos.

Segundo Piedade e Muniz:

Antes de delinquentes, esses indivíduos em conflito com a lei são sujeitos sociais que independente da infração cometida merece ser enxergados enquanto cidadãos ainda que medidas devam ser tomadas e aplicadas. Cidadãos não apenas por questões de relacionamentos interpessoais, mas enquanto detentores de direitos políticos, sociais e civis. Direitos estes que precisam ser levados em consideração no momento de desprender um olhar diferenciado, ou seja, carecem ser respeitados. (PIEADADE E MUNIZ 2013, p. 26).

O Plano Nacional de Educação tem como prioridade a erradicação do analfabetismo, considerando o processo de aprendizagem de jovens e adultos como ponto de partida intrínseca desse nível de ensino (PNE). Segundo pesquisas, aproximadamente 70% da população carcerária não terminou o ensino fundamental, por isso há uma grande necessidade não só de ofertar uma educação de qualidade dentro dos sistemas prisionais, mas de incentivar e aprimorar o ensino dentro destes espaços para que o educando esteja preparado para a inserção e a atuação destes na sociedade. Para Foucault (1987, p. 224), “a educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma preocupação indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento”.

Ainda segundo Foucault:

A prisão tem o objetivo de tornar os corpos dóceis e uteis; a instituição passa a ser uma forma de punir delinquentes, mas com o papel de recuperá-los para o convívio social. O condenado passa a sofrer a privação da liberdade e a sentir os efeitos de uma instituição repleta de regras e aprende a conviver em um ambiente completamente adverso a que está acostumado. (FOUCAULT 2008, p. 19).

Neste sentido vale ressaltar que a importância do papel pedagógico dentro Unidade Prisional de Ressocialização do município de Itapecuru-Mirim, isto é, quando esta objetiva a ressocialização dos internos por meio da educação, do trabalho coletivo da religião, ações que contribuirão de forma positiva na reinserção do interno na vida social.

Segundo Goffman as UPRs:

São Espaços que surgiram para atuar na transformação de pessoas, por meio da elaboração e prática de projetos que objetivem a ressocialização dos internos, assim, cada sujeito é um experimento sobre o que se pode fazer ao “eu” o que se espera de tal situação é fazer com que estes na condição de sentenciados ou não, possam adequar-se a instituição fazendo com que os

mesmos estejam sempre lembrando das causas que os levaram a tal condição. (GOFFMAN 1992, p. 22).

A educação por si só já é uma das formas mais eficazes de um apenado e/ou interno (maneira mais adequada de se tratar este público), ser recuperado, é notório que estes são passivos de mudanças, de fato eles não nasceram infratores, está (educação) deve ser oferecida de forma diferenciada, levando em consideração as especificidades de cada um, deve ter como objetivo primordial desenvolver nos internos capacidades crítica e criadora.

[...] a educação é arrolada como atividade que visa a proporcionar a reabilitação dos indivíduos punidos. Contudo, considerando que os programas da operação penitenciária apresentam-se de forma premente a fim de adaptar os indivíduos as normas, procedimentos e valores do cárcere-afiançado, portanto, aquilo que se tornou o fim precípua da organização penitenciária: a manutenção da ordem interna e o controle da massa carcerária [...]. (PORTUGUES, 2001, p. 360).

Desse modo, o processo ensino aprendizagem na UPR deve trabalhar para o aguçamento e o aprimoramento da percepção da realidade e conseqüentemente seu lugar na história e no contexto social. Pois um indivíduo que nasceu na miséria e por conseqüência não teve acesso a uma educação satisfatória ou a de nenhum tipo, não pode agir com discernimento de seus atos, mas pode sim tornar-se um cidadão de bem. Entretanto, não possuir escolaridade não significa que o jovem e adulto em cárcere privado de liberdade, não tem conhecimento, o que a maioria dos detentos não teve foi acesso ao ensino sistematizado, mas de alguma forma eles apresentam algum tipo de conhecimento que fora canalizado para ações ilegais e que precisa ser descanalizado.

Como afirma Freire:

Não é apenas necessário saber que é impossível haver neutralidade da educação, mas é preciso distinguir os diferentes caminhos. A escola é uma instituição que existe num contexto histórico de uma determinada sociedade e, para que seja compreendida, é necessário que se entenda como o poder se constitui na sociedade e a serviço de quem está atuando. Trata-se de um texto escrito por várias mãos, e sua leitura pressupõe o entendimento de suas conexões com a sociedade e de seu próprio interior. (FREIRE 1983, p.67).

Ao tratar sobre a educação para este público, Freire destaca a importância de ter clareza, que os internos, embora destituído de liberdade, conserva a titularidade aos demais direitos essenciais, como é o fato da plenitude física, moral e psicológica. A obtenção do direito ao ensino lhes deve ser estabelecido plenamente no entendimento acima definido e em respeito às regras que os sustentam e que estão à nossa disposição. Devemos ter discernimento que, para além das grades de uma Unidade Prisional de Ressocialização (UPR), existem seres humanos que cometeram delitos graves ou moderados, mas que são passivos de

mudança, e neste contexto vale reafirmar que a ação educadora ainda pode ser um instrumento poderoso para a ressocialização, é notório o quanto o processo educativo tem dado uma enorme contribuição para minimizar. A sala de aula com seus diferentes espaços educativos são portadores de várias culturas, cidadanias, identidades e cabe à escola trabalhar com esse jogo complexo de filiações e pertences, é o lugar onde pode se assentar diversas possibilidades, como a preparação geral para o mercado de trabalho e para o convívio social.

Apesar dos limites de caráter ideológico, social, político e cultural, o professor tem presente que um dos elementos da eficiência de sua função reside no processo de reconquista da sua emancipação e da cidadania perdida, e o ambiente escolar é uma das instituições que realiza as funções de permitir oportunidades que libertam e unem, ao mesmo momento. Ao interno cabe o dever de dar este *feedback*, que o educador tanto almeja com mudanças de atitudes compromisso e disciplina e esta é uma situação perceptível na Unidade Prisional de Ressocialização do município de Itapecuru-Mirim/MA.

A Lei de Execução Penal Brasileira (Lei N° 7.210, de 11/7/84), marco legal mais importante na área, determina expressamente que os estabelecimentos devem oferecer assistência educacional aos presos. Nos artigos 17 a 21 esta assistência é definida a partir dos seguintes parâmetros: (a) obrigatoriedade do Ensino Fundamental; (b) ensino profissional ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico; (c) possibilidade de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados; (d) previsão de dotar cada estabelecimento com uma biblioteca para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos. Para dar operacionalidade ao texto dessa lei, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, por meio da Resolução N° 14, em 11 de novembro de 1994, editou as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil, fruto de decisões tomadas em ao se abordar a educação para este público.

O Brasil é um país com grandes problemas no campo prisional. Esse não é um fenômeno recente e se manifesta vinculado à insegurança pública devido ao crescimento da violência e sua falta de solução, que implica na inexistência de políticas públicas adequadas que deveriam estender-se da promoção social à punição justa. A superlotação carcerária afronta a condição humana dos detentos, aumenta a insegurança penitenciária, o abuso sexual, o consumo de drogas, diminui as chances de reinserção social do sentenciado, além de contrariar as condições mínimas de exigências dos organismos internacionais. O que fazer com os sentenciados e como corrigi-los sempre assombrou a sociedade. Punição, vigilância, correção. “Eis o aparato para ‘tratar’ o sentenciado. Conhecer a prisão é, portanto,

compreender uma parte significativa dos sistemas normativos da sociedade” (MAIA, 2009, vol. 1, p.10).

Caracterizando que a educação é um dos quesitos para a inclusão social e colaboração para o desenvolvimento atual e sustentável da sociedade que coloca em ação, o autor conclui: Scarfó (2008, p.36) define a “educação como um direito humano e não uma ação terapêutica ou uma variável a mais de um tratamento”. Um direito que autoriza as pessoas encarceradas conceberem escolhas e ampliar trajetórias educativas, afirmando o direito da pessoa a um projeto de vida. “A educação é um direito-chave que possibilita conhecer e exercer outros direitos, facilitando, inclusive, a “se defender da vida na prisão” (Scarfó, 2008, p. 40)”.

2.3 A importância da educação nos sistemas prisionais

A educação é considerada a mais importante maneira de promover a inserção social e a aquisição de conhecimentos que permitam aos apenados a possibilidade de um futuro melhor quando recuperar a liberdade. Essa posição talvez seja vista pelos presos que entendem que o aprisionamento tem uma finalidade que vai além da punição, do segregamento e da dissuasão e que, por consequência, aceitam espontaneamente e aprovam o aspecto reformador do encarceramento, em especial as atividades de educação profissional e as informações sobre oportunidades de trabalho.

O princípio fundamental que deve ser preservado e enfatizado é que a Educação no sistema penitenciário não pode ser entendida como privilégio, benefício ou, muito menos, recompensa oferecida em troca de bom comportamento. Educação é direito previsto na legislação brasileira (TEIXEIRA, 2007, p. 14).

Dessa forma, o objetivo da educação de Jovens e Adultos dentro das prisões é o de ajudar o ser humano privado de liberdade a desenvolver habilidades e capacidades para estar em melhores condições de disputar as oportunidades socialmente construídas. Não restam dúvidas que o objetivo da educação nos presídios deve ser de reeducar os apenados e auxiliá-los a ter uma visão mais ampla de mundo, a buscar outras formas de inserção na sociedade, pois é observado que os detentos que tem acesso à escola estão mais acessíveis ao mercado de trabalho. É através do ensino que os encarcerados têm a oportunidade de se humanizarem e se transformarem, fazendo da educação e das habilidades ali adquiridas uma maneira para almejarem uma futura reinserção na sociedade. A Educação é transformadora quando se tem o

objetivo de transformar. O ensino aprendizagem se faz com o professor por que ele é mediador.

[...] uma forma de repensar e reestruturar a natureza da atividade docente é encarar os professores como intelectuais transformadores [...] É importante enfatizar que os professores devem assumir responsabilidade ativa pelo levantamento de questões sérias acerca do que ensinam como devem ensinar, e quais são as metas mais amplas pelas quais estão lutando. (GIROUX, 1997, p. 161).

Portanto, é dever dos educadores tomar consciência de sua capacidade como profissionais ativos, reflexivos e intelectuais, dessa maneira demonstrar aos estudantes que a educação no cárcere tem como função não somente a assimilação de conhecimentos, escolarização e/ou alfabetização de adultos para uma remissão da pena, mas levar os alunos a entender os fatores econômicos, sociais e culturais que estão intimamente ligados ao poder e ao controle desse sujeito na sociedade.

Desse modo, competirá aos docentes conscientizarem os seus alunos que estar na prisão não é opção de vida, mas condição provinda da discriminação que foi e ainda é imposta por políticas públicas impróprias e desligada da realidade. Sob este olhar, o professor formador deve se entender como condutor da liberdade vinculada à consciência, à reflexão sobre a vida, sobre a cidadania e sobre a dignidade que foi negada, mas que é possível de ser reconquistada.

Pode se afirmar que, a educação do cárcere destina-se a adequação dos sujeitos às normas do sistema prisional, enquanto que a educação no cárcere é uma maneira para se adquirir a libertação dos oprimidos. Sem esquecer que a cultura escolar na prisão é atravessada pela cultura da prisão, é importante ressaltar que o processo de aprendizagem não deve se limitar à sobrevivência neste ambiente; “[...] é necessário, então, que a prisão ensine algo de diferente da própria prisão [...]”. (MAEYER, 2013, p. 44).

Entende-se que os processos de adaptação dos indivíduos ao sistema social do sistema prisional não são plenos apresentam divergências, uma vez que os apenados encontram e constroem formas de persistência, a educação não permanece neutra nesse sentido. É observada também que a rotina dos encarcerados em sala de aula em sentido da própria organização desses ambientes tende a ser desconexa já que se trata de pessoas que estão naquela situação enquanto aguardam um parecer judicial, ou cumprem sentença anos. Os estudos acerca da educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade têm demonstrado a eventualidade de se construir escola nas prisões, enquanto espaço diferenciado das atribuições carcerárias.

Do que fora evidenciado até aqui, extrai-se o entendimento de que a educação dentro das prisões é uma ferramenta importante para o processo formativo, no sentido de produzir mudanças de atitudes podendo contribuir para a integração e inserção social. Mazukyevicz (2011, p. 95) “afirma que a educação é entendida como um instrumento fundamental no desenvolvimento pessoal e social do homem, de forma a prepará-lo para compreender e reagir adequadamente no ambiente e as circunstâncias na qual está inserido”.

A educação escolar tem o importante papel de atuar na ressocialização de presos. “A característica fundamental da pedagogia do educador em presídios é a contradição, é saber lidar com conflitos, saber trabalhar as contradições à exclusão” (GADOTTI, 1993 p.143).

Considerando o papel da Escola dentro dos presídios, reforçamos que para ela a questão fundamental é contribuir na ressocialização dos apenados, no resgate de valores humanos e da cidadania, dando-lhes melhores condições de reingressar na sociedade e no mercado de trabalho. Temos conhecimento, no entanto, de que esse extenso objetivo concretiza-se à medida que as outras instâncias (agentes penitenciários, assistente social, psicólogo, Secretarias de Segurança e de Educação, setores empregatícios, família e o próprio apenado) deem a sua parcela de contribuição à esperada ressocialização. Dizendo, de outra forma: “só unindo forças isto será possível”.

3 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE

3.1 Histórico e localização da UPR de Itapecuru-Mirim

A Unidade Prisional de Ressocialização de Itapecuru-Mirim fica localizada na Rua Antônio Olívio Rodrigues, S/N, Centro, antigo prédio da Delegacia Regional onde funcionava também o sistema de carceragem composto por 06 celas que abrigavam 100 preso-internos, condenados ou em juízo pelas mais diversas situações. A ideia de transformar o espaço da Delegacia em Unidade Prisional surgiu a partir de uma Audiência Pública realizada em 10 de junho de 2015, onde na ocasião discutia-se a possibilidade de transição dos serviços de carceragem da Secretaria de Segurança Pública (SSP), para a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Participaram desta Audiência além de representantes das diversas secretarias responsáveis pela Segurança Pública (Promotores, delegado), o gestor Municipal e alguns vereadores foram discutidos a possibilidade da criação de uma Unidade Prisional com foco na Ressocialização e Remissão de pena por meio de atividades diversas, inclusive educacional, a princípio foi detectada uma descaracterização do espaço e a incompatibilidade de funções dentro do setor que para ter características de UPR esta situação necessitava de ajustes, a fim de garantir e proporcionar um ambiente com o máximo de dignidade possível.

O processo de descentralização de Delegacia para Unidade Prisional de Ressocialização passou por três etapas:

1ª Etapa- A configuração do prédio que deveria passar a ter características de presídio o que deve contemplar o fardamento dos internos, as rotinas diárias de higiene pessoal, banho de sol, refeições e visita de familiares;

2ª Etapa- contratação de profissionais de segurança e assistência pessoal, social e pedagógica;

3ª Etapa- a expansão e especificação dos trabalhos seja na escola, nas áreas de convivência ou para a sociedade, isso se dá por meio das ações sociais e cursos profissionalizantes que objetivam promover uma aprendizagem realmente significativa para os internos bem como a sua inserção no mercado de trabalho.

3.2 Ações desenvolvidas na UPR de Itapecuru-Mirim

Algumas ações já estão sendo postas em prática outras em andamento e temos aquelas que ainda precisam ser re-planejadas e pleiteadas. A ideia da sala de aula na Unidade Prisional de Ressocialização de Itapecuru-Mirim partiu do pressuposto de que se o interno

tem direito a Remição de Pena por meio do Estudo, conforme previsto na Lei 12.433/2011 de 29/06/2011 que altera a Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a Remição de parte do tempo de Execução da Pena por meio do Estudo e do Trabalho, com o apoio do governo do estado, por meio da Secretaria de Estado de Educação e da Unidade Regional de Educação de Itapecuru-Mirim, o primeiro passo para abertura de turmas de Educação de jovens e Adultos se deu com a adaptação de dois espaços que serviam para fazer atendimento quando o prédio ainda era uma delegacia, trabalho realizado pelos próprios internos e acompanhado diretamente pelo diretor da UPR senhor Jorge Henrique, sendo este transformado em uma sala ampla com um banheiro, depois se partiu para a fase de mobília e climatização. Como recurso didático pedagógico e de suporte na sala tem: 01 bebedouro de aço, 01 geláguia, 01 TV, 01 estante de aço, 01 armário com chave, kit aluno e professor (mesa e cadeira), funciona nos turnos matutino EJA e vespertino Alfabetização, dos 50 alunos 25 estão regularmente matriculados no Centro de Ensino Wady Fiquene- CAIC e no CENSO Escolar. Ferramenta disponibilizada pelo MEC para mapear e acompanhar escolas e/ou salas de aulas em funcionamento e os outros 25 estão em fase de regularização de documentos e da vida escolar o que impossibilita a matrícula no sistema, mas nem por isso estão fora da escola. Na UPR são realizados atendimentos de natureza diversa: Social, Pedagógico, Saúde e Jurídico, ao todo são 56 servidores responsáveis por 146 internos e destes 50 estão em sala de aula 3 vezes por semana.

Os serviços que estão diretamente ligados aos alunos/internos são do Diretor geral, do diretor adjunto, Agentes penitenciários, enfermagem, agentes de saúde, pedagogo, psicopedagogo, terapeuta, servidores para assuntos jurídicos, assistente social. Tem ainda outros atendimentos todos divididos em escalas de plantão e turnos de trabalho. Fora do ambiente escolar o espaço conta ainda com 01 sala de visitas, 01 sala de vistoria masculino e 01 feminino, 01 detector de metais, 01 visor manual, 01 sala de enfermagem. Para as atividades e oficinas a Unidade já tem em pleno funcionamento a Sala de Confecção de vassouras totalmente equipada, a Malharia está montada aguardando um técnico para treinar os internos que irão manusear o equipamento, 01 sala de Arte em Gesso em andamento. Além das oficinas o projeto horta está sendo desenvolvido em parceria com a AGERP e AGED, realizados a oficina de auxiliar de pedreiro, montagem e manutenção de ar condicionados antes da semana dos encarcerados que aconteceu no final de agosto do corrente ano o que já está gerando renda para um grupo de internos, já que a Unidade está passando por um processo de reforma e a equipe foi composta em sua maioria por internos. Além destas ações

os alunos internos terão oficinas de reaproveitamento de alimentos e confecção de bombons, artesanato em telha e outras atividades de ressocialização.

Todas estas atividades e composta por um conjunto de ações e que nenhum dos setores pode estar dissociado. Este trabalho tem o intuito de pensar a Educação Prisional como um conjunto de uma obra com princípios e objetivos, que devem fazer parte do cotidiano de todos que conduzem a educação no Maranhão. São estas atitudes que farão a diferença na vida deste público que sofre tanto com o preconceito e a discriminação. É preciso ter um olhar crítico para além dos muros da Unidade Prisional de Ressocialização de Itapecuru-Mirim, pretende-se ainda chamar a atenção da população Itapecuruense para as questões sociais que envolvem os jovens internos que cumprem pena e que em breve devem retornar para o seio da sociedade.

4 METODOLOGIA

O estudo será por meio da pesquisa de campo, com método quantitativo com o enfoque em quantificar um possível problema e conhecer a extensão dele. É uma pesquisa que se concebe conhecimentos numéricos sobre a conduta do público alvo. E qualitativo, cuja ênfase é entender e interpretar o comportamento dos sujeitos da pesquisa. Das quais suas abordagens centram-se em procedimentos comparativos. O uso dos mesmos é necessário, porque tem como objetivo “propor uma explicação do conjunto de dados reunidos a partir de uma conceitualização da realidade percebida ou observada” (CHIZZOTTI, 2001.p. 69). O alcance desses objetivos levará a produzir uma pesquisa de observação e questionário aplicado aos detentos.

4.1 Local de estudo

A pesquisa será realizada na Unidade Prisional de Ressocialização (UPR), situada na avenida professor Antônio Olívio Rodrigues no bairro S/N centro, no município de Itapecuru-mirim/MA.

4.2 Instrumento utilizado

O referido escopo fará uso de questionário. O questionário será realizado com perguntas estruturadas e fechadas, em que os respondentes marquem entre algumas opções, para fazer com que as categorias de respostas sejam significativas. Segundo Demo (2001, p.10) “perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-los, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir, e fazer expectativas”.

4.3 Sujeitos envolvidos

Para realização da referida pesquisa, pretende-se estudar uma amostra de 25 apenados da Instituição citada, questionário aplicado individualmente, do sexo masculino, idade dos participantes corresponderá entre vinte a sessenta anos.

4.4 Análise dos dados

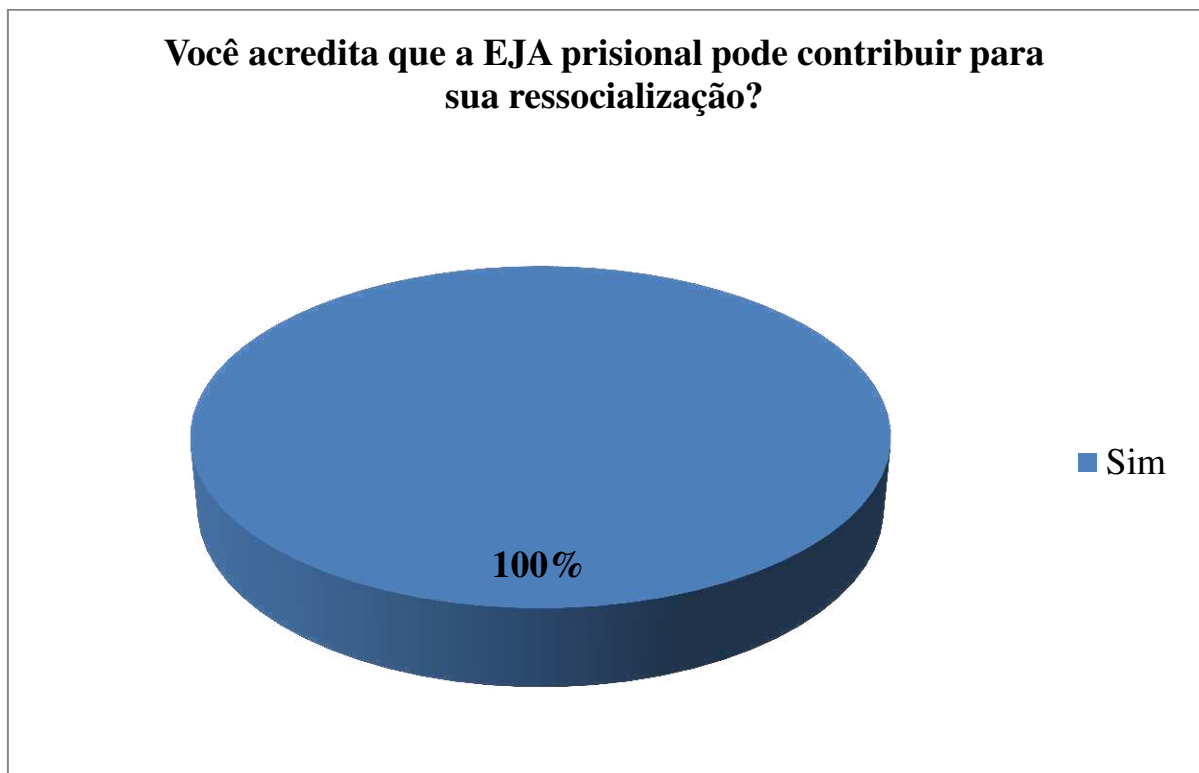
Por meio de coleta de dados, será apresentado pela demonstração de gráficos o que foi coletado e os resultados alcançados. “As técnicas de coleta de dados são um conjunto de regras ou processos utilizados por uma ciência, ou seja, corresponde à parte prática da coleta de dados”. (LAKATOS & MARCONI 2001, P.22).

5 RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Questionário aplicado ao aluno

Para sistematizar as análises. Seguem abaixo as representações gráficas dos resultados obtidos na pesquisa por meio do instrumento questionário.

5.1.1 Gráfico 01: Sistematização das ocorrências



Fonte: CARDOSO, Giselda Paixão; ALVES, Maria Francisca Muniz; ANJOS, Lucélia de Jesus, 2017.

O gráfico evidencia para um total de 25 ocorrências, observa-se que 100% dos apenados questionados acreditam que a Educação de Jovens e Adultos é um fator primordial para a sua ressocialização, e que essa modalidade possa construir cidadãos para adentrar em uma sociedade justa e humana.

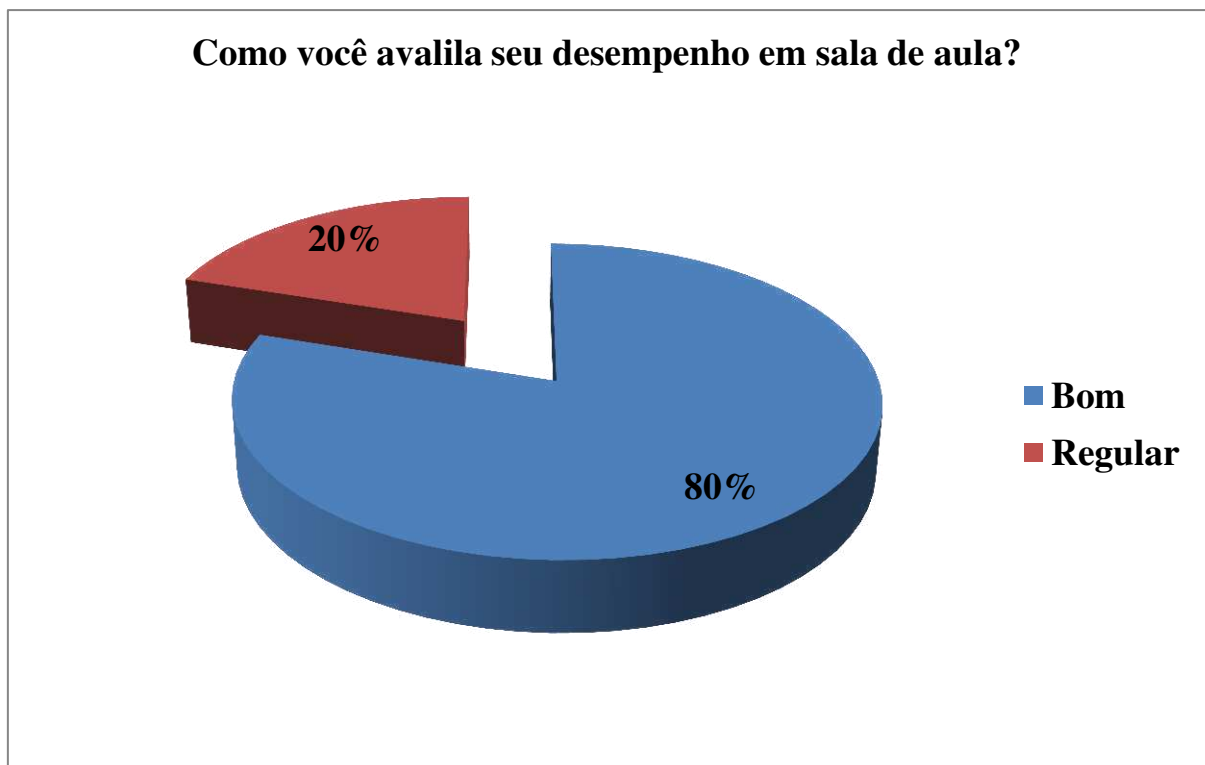
Portanto, a aprendizagem na penitenciária por meio de propostas educacionais é geralmente vista hoje como uma ferramenta de mudança, e consideravelmente na repercussão da recaída, na inclusão e, mais significativa, na ocasião do emprego após a emancipação do detento.

Diante do gráfico podemos certificar que a EJA prisional é de extrema significância para jovens e adultos privados de liberdade, e que tem como objetivo a reinserção desses na

sociedade, como condição de prepará-los e qualificá-los para a volta ao meio social. Não podemos esquecer que a educação é um direito de todos, até mesmo dos indivíduos privado de liberdade.

A EJA no cárcere poderá transformar a vida de muitos detentos que não possui alguma perspectiva de vida social.

5.1.2 Gráfico 02: Sistematização das ocorrências



Fonte: CARDOSO, Giselda Paixão; ALVES, Maria Francisca Muniz; ANJOS, Lucélia de Jesus, 2017.

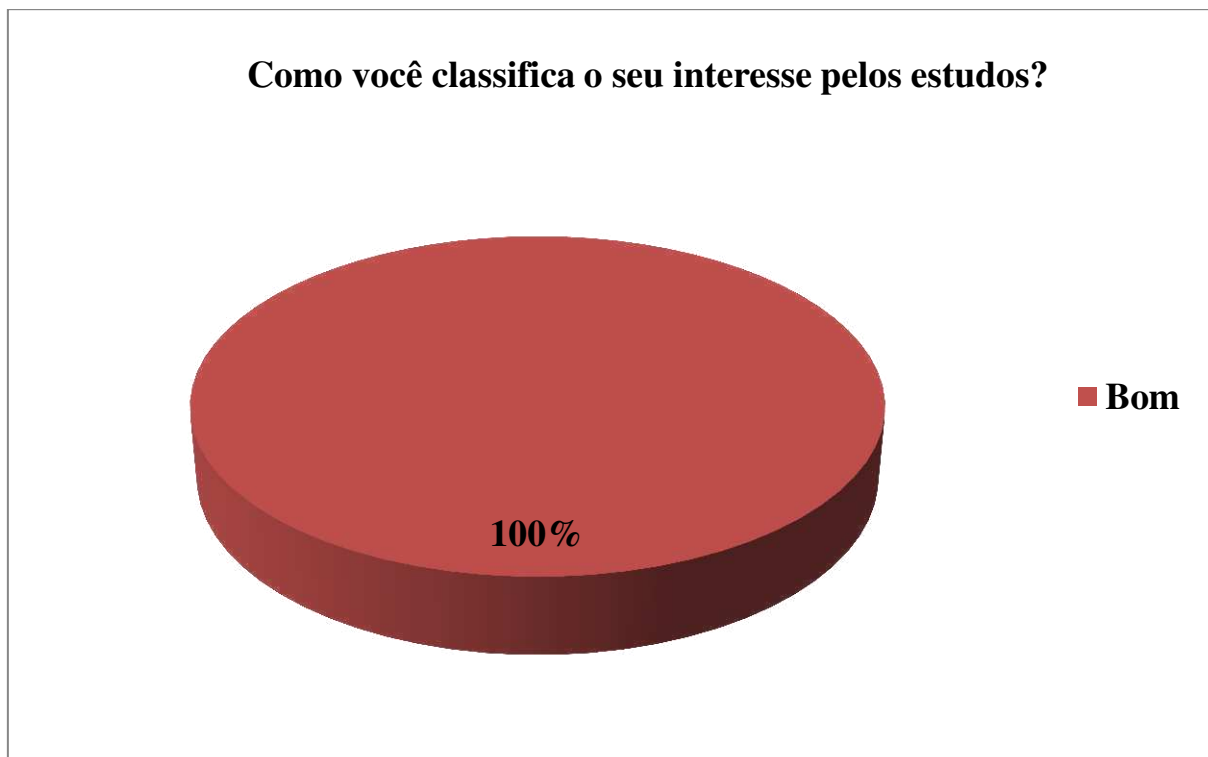
Quanto ao desempenho em sala de aula, as respostas foram variadas, sendo que a maioria 80% avalia sua atuação como bom, pois já estiveram em sala de aula antes e em um ensino regular, já estão alfabetizados com um conhecimento a mais, e 20% como regular, como é possível observar no segundo gráfico. Como o que foi respondido pelos detentos, percebe-se que há uma variação nas respostas.

De acordo, com os discentes as causas de um desempenho regular estão vinculadas a fatores de idade, e atestaram não terem frequentado a escola na idade regular e outros chegaram lá sem serem alfabetizados. Dessa forma, a maioria dos alunos quanto mais idosos, mais impedimentos apresentam em assimilar o que lhes é transmitido, em especial no

que dizem respeito ao aprendizado, vários deles decifram o código escrito, mas não conseguem ler e explicar a sua leitura.

Dentre um desempenho regular, existe também além da faixa etária uma consequência que é a dificuldade do atendimento em um mesmo ambiente e tempo diferentes de níveis e ritmos de aprendizagens. São detentos que possuem apenas o conhecimento próprio de vivência, sendo que a educação formal estava totalmente fora da sua realidade, devido a esses fatores há mais dificuldades no empenho em acompanhar e absorver o que lhes é informado.

5.1.3 Gráfico 03: Sistematização das ocorrências



Fonte: CARDOSO, Giselda Paixão; ALVES, Maria Francisca Muniz; ANJOS, Lucélia de Jesus, 2017.

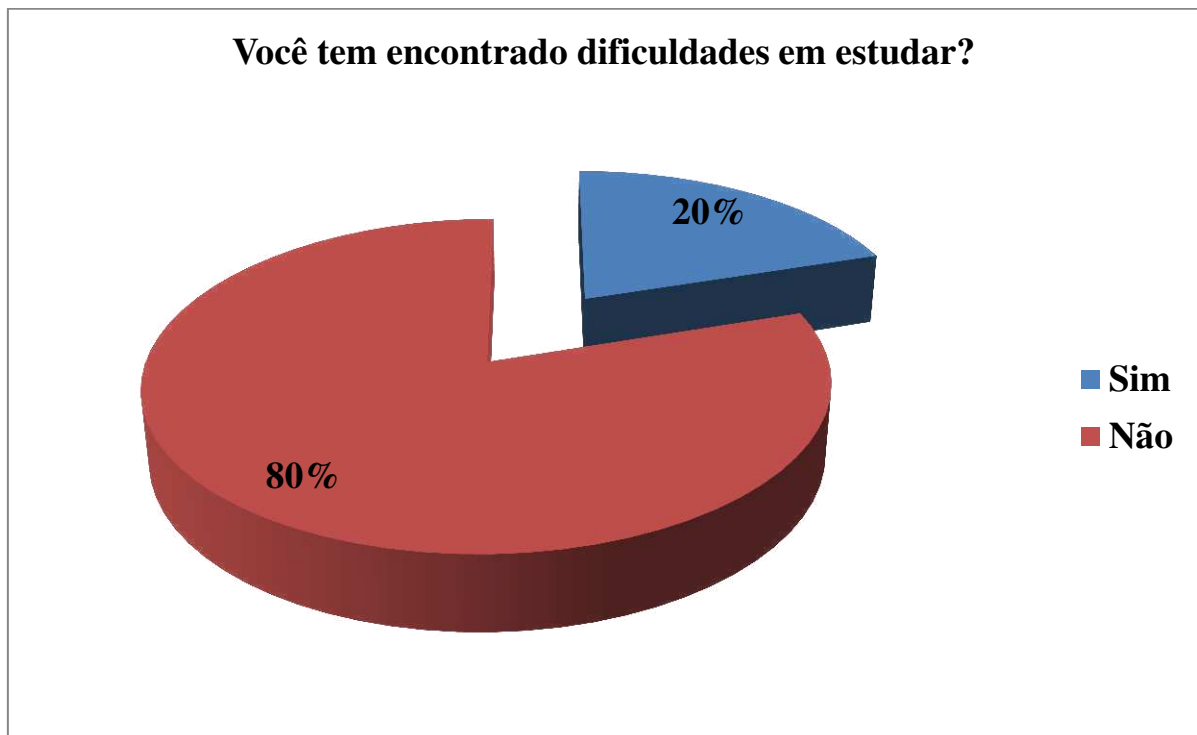
Observando os dados acima se constata que de um total de 25 alunos, ou seja, 100% deles dedicam-se aos estudos oferecidos dentro do Sistema, no questionamento com os mesmos foi possível perceber a vontade e o interesse dos alunos em aprender. A maioria deles se compromete a dar continuidade aos estudos após a sua saída do Sistema Prisional.

Levando em conta que a sala de aula é o ambiente mais atrativo da Unidade Prisional de Ressocialização, tendo em vista que as celas são quentes e o espaço pouco agradável. Na sala de aula eles têm a oportunidade de ampliar os seus conhecimentos, e preparar-se para o mercado de trabalho. Além de poder ser inseridos nas Políticas Públicas e Leis de Remissão

de Pena, seja pelo bom comportamento, ou pelos estudos. Para além destas questões está incluída também a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho por meio de um concurso público assim que estiver em liberdade.

De acordo com a pesquisa, o grande interesse pelos estudos tem como objetivo de educar e diminuir a segregação, ou seja, o grande proveito pelo ensino aprendizagem dentro do cárcere qualifica e desenvolve os internos aprisionados, dessa forma será possível uma reintegração na sociedade, além de proporcionar para aqueles que não foram alfabetizados na idade regular, sendo que há um desejo de alguns conseguirem assinar seu próprio nome.

5.1.4 Gráfico 04: Sistematização das ocorrências



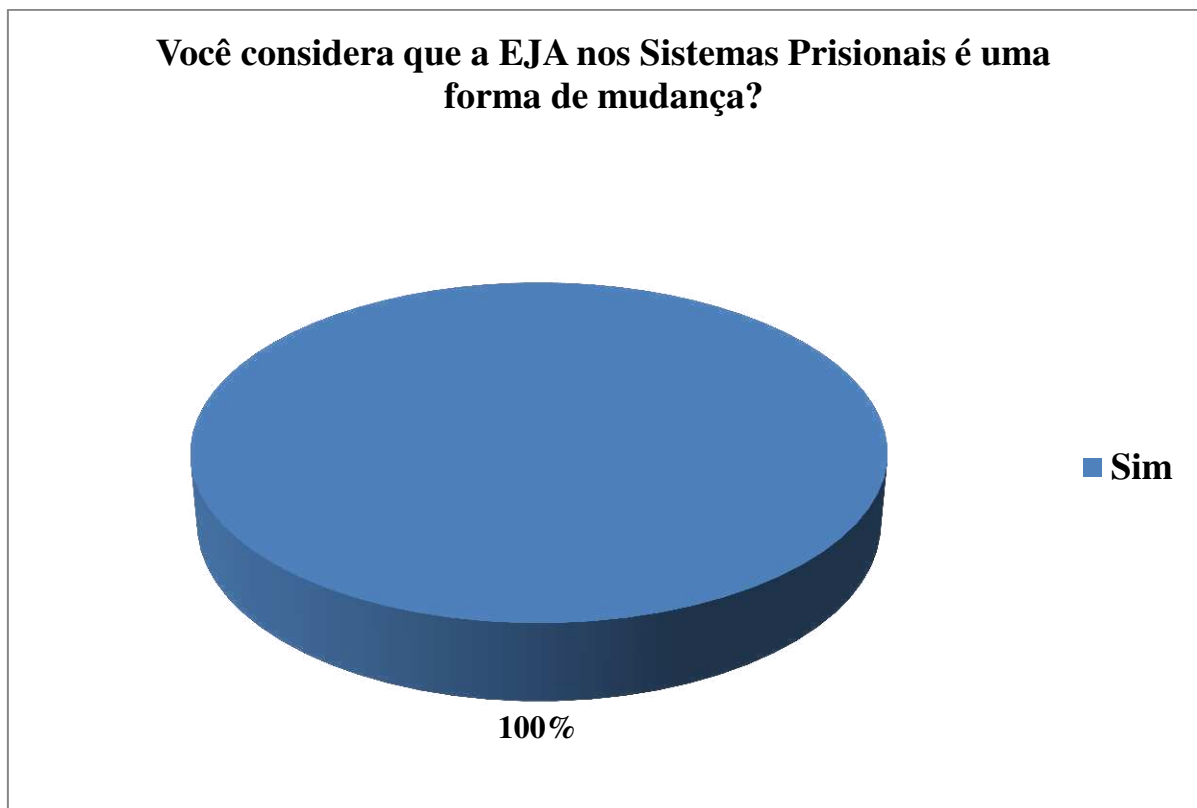
Fonte: CARDOSO, Giselda Paixão; ALVES, Maria Francisca Muniz; ANJOS, Lucélia de Jesus, 2017.

De acordo com os valores do gráfico os alunos tiveram mais de uma opção para escolherem, 80% não tem encontrado dificuldades no desenvolvimento dos estudos, observa-se que na UPR existem regras previamente planejadas o que inclui o horário de estar em sala de aula, destes que responderam *não* a maioria estar em idade quase compatível com a série que está cursando já que se trata da modalidade EJA, enquanto 20% respondeu que *sim* que têm dificuldades seja em virtude das atividades desenvolvidas no cotidiano, ou seja, em virtude da idade já que o público atendido na sala de aula tem entre 20 e 60 anos de idade.

Foram pontuadas também além da faixa etária outras situações que acaba prejudicando o processo de ensino aprendizagem, pois alguns internos retrataram sobre o histórico de abandono e pelo uso de drogas, e muitas vezes que desses internos não possuem nenhum tipo de escolaridade. São pontos relevantes para os detentos terem um ruim desenvolvimento, e acaba dificultando o acompanhamento dos níveis de conhecimentos entre os vários detentos com perfis diferentes e a grande maioria dos indivíduos que adentram ao Sistema Prisional não teve uma vida escolar iniciado ou finalizado os estudos.

Portanto, a educação nos Sistemas, além de reprimir a inatividade pode proporcionar ao condenado à oportunidade de em uma liberdade estar condicionado para uma possível atividade profissional. Além de oferecer também a possibilidade do detento recuperar sua autoestima e refazer a sua história.

5.1.5 Gráfico 05: Sistematização das ocorrências



Fonte: CARDOSO, Giselda Paixão; ALVES, Maria Francisca Muniz; ANJOS, Lucélia de Jesus, 2017.

A totalidade dos 25 detentos afirma que a Educação de Jovens e Adultos é um passo para uma mudança. Diante do exposto, observa-se que a educação é indispensável para o êxito da autonomia de cada um e a sua condição de cidadão, para o trabalho, e para formar pessoas mais independentes e mais felizes.

É por meio da educação dentro dos presídios que o detento irá ter condições para um ensino aprendizagem e rever conceitos e ética. De acordo com o questionamento realizado no gráfico acima a EJA nos Sistemas Prisionais é de grande relevância, pois possibilita ao educando um olhar para o mundo com mais compreensão de mudança de comportamento.

Sendo assim, são trabalhados conceitos fundamentais, como o amor, a família, liberdade, cidadania, dentre outros. Em outras palavras, os alunos presidiários acabam tendo um entendimento maior e um desejo para uma possível transformação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referente proposta buscou analisar a educação de jovens e adultos numa perspectiva voltada para a construção do processo ensino aprendizagem, na UPR (Unidade Prisional de Ressocialização) de Itapecuru-Mirim. Com foco na primeira etapa do ensino médio. Nesse aspecto a EJA prisional na cidade de Itapecuru-Mirim, teve um papel importante na realização da pesquisa, haja vista que foram realizadas visitas, como também aplicação de questionários, com os alunos, que nortearam de forma mais aprimorada a pesquisa. A EJA prisional é de suma importância como política de inclusão social, pelo fato que agrega ao educando melhores condições de ensino e aprendizagens, contribuindo para ressocialização desse público. Que por sua condição social já são estigmatizados.

A educação assume um papel importante na socialização do indivíduo dentro da sociedade, dessa forma ela contribui positivamente para o desempenho da personalidade cidadã e no que tange aspectos, étnicos, morais e social. Para, além disso, proporciona ao indivíduo ao longo de sua carreira estudantil ascensão social.

Nesse aspecto mencionado sobre a educação, foi importante para o desempenho dessa análise, haja vista que buscou-se compreender como o conhecimento a partir do ensino aprendizagem tem sido fundamental, para a questão aqui citada, de jovens e adultos no que se refere sua condição social, denominada apenados.

O foco dessa análise que obteve conhecer e avaliar a situação dos apenados na UPR de Itapecuru-Mirim, na visão proposta de conseguir compreender como é realizado o ensino aprendizagem, dentro desse sistema prisional, a partir da primeira etapa de Ensino médio da EJA prisional. Possibilitou um acompanhamento mais próximo dessa realidade até então desconhecida, para muitos, inclusive para os autores dessa pesquisa.

No decorrer da pesquisa foi possível observar como os apenados se sentem contemplados por estarem realizando uma etapa que para eles é fundamental, pelo fato de sentirem-se de certa forma valorizados pela sociedade novamente, pois, são conhecedores que estão encarcerados pelo fato de terem cometido delitos, e sendo assim estão cumprindo sua pena. Mas, isso não os impossibilita de serem novamente ressocializados, dentro dessa concepção, esses jovens a partir da EJA prisional tem a possibilidade de conseguirem almejar melhores condições de vida quando saírem da prisão, pois, além de terem suas penas reduzidas, consegue também realizar um currículo com alguns cursos como horticultura, auxiliar de pedreiro, montagem e manutenção de ar condicionado e confecção de vassouras, isso é possível porque durante sua permanência no presídio eles recebem essas formações,

que são formas de garantia para que consigam entrar novamente no mercado de trabalho. Nesse sentido o governo Estadual do Maranhão através da secretaria de Educação do Estado, tem proporcionado os cursos que são ofertados a esse público.

A análise buscou evidenciar como o ensino aprendizagem é transmitido dentro da UPR de Itapecuru-Mirim, através da observação da EJA prisional, que contemplar jovens e adultos, e desse modo compreender que a educação é uma ferramenta importantíssima no desenvolvimento da personalidade recuperada desse público. Contribuiu também para desmitificar preconceito, e assim almejar que outras pesquisas acadêmicas possam ser realizadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL - **Congresso Nacional**. Constituição da República federativa do Brasil de 1988.

_____, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

_____, **Lei de Execução Penal**. Lei Nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 19 de junho de 2017.

_____. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Resolução CNPCP Nº 04/2009, de 15 de julho de 2009. Publicada no DOU de 16 de julho de 2009, Seção 1, p. 34-35.

_____. Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2001.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DEMO, Pedro. **Avaliação quantitativa**. São Paulo: ed. Cortez, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento na prisão**. Petrópolis : Vozes, 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. **Histórias das Ideias Pedagógicas**. São Paulo. Ed.Ática 8. ed. 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Maniacos, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

GIROUX, Henry. **Os Professores como Intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAIA, Clarissa Nunes. **A Casa de Detenção do Recife: controle e conflitos (1855-1915)**. In: MAIA, Clarisa Nunes et al. (Org.). *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 111-153. v.II.

MAZUKYEVICZ, R.S.N.S. **Que pode a educação na prisão?**. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2011.

MAEYER, M. D. **Ter tempo não basta para que alguém se decida aprender**. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 86, p. 43-55, nov., 2013.

PIEIDADE, Fernando Oliveira. MUNIZ, Raunir Oliveira. **A (re) inserção social dos adolescentes infratores no Maranhão.** In: COSTA, M.M.M da Costa e RODRIGUES, Hugo Thamir.(org.) *Direito e Políticas Públicas VIII.* Curitiba: Multideia, 2013.

PORTUGUES, Manoel Rodrigues. **Educação de adultos presos.** In: *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 355-374, jul./dez. 2001.

SCARFÓ, Francisco José. **El Derecho ala Educación en las Cárceles Como Garantía de la Educación en Derechos Humanos (EDH).** *Revista IIDH*, San José, v. 36, p. 291- 324, 2008.

TEIXEIRA, M. C. S. **Sócio-antropologia do cotidiano e educação.** Rio de Janeiro: Imago, 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO COM O ALUNO

1º) Você acredita que a EJA prisional pode contribuir para ressocialização ?

Sim

Não

2º) Como você avalia seu desempenho em sala de aula?

Bom

Regular

Ruim

3º) Como você classifica o seu interesse pelos estudos ?

Bom

Regular

4º) Você tem encontrado dificuldades em estudar?

Sim

Não

5º) Você considera que a EJA nos Sistemas Prisionais é uma forma de mudança?

Sim

Não

ANEXO

ANEXO 1 - sala de aula



Fonte: MESQUITA, Layla, 2017.

ANEXO 2 - sala de aula



Fonte: MESQUITA, Layla, 2017.

